

# *Superior Tribunal de Justiça*

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.838.612 - SP (2019/0278622-6)**

**RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**RECORRENTE : TIAGO DE OLIVEIRA VIEIRA**  
**ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**LEANDRO DE CASTRO GOMES - DEFENSOR PÚBLICO -**  
**MG110528**  
**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

## **DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por **TIAGO DE OLIVEIRA VIEIRA**, com apoio no artigo 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

"ROUBO SIMPLES - AUTORIA E MATERIALIDADE DELITIVAS PROVADAS - Suficientes os elementos probatórios a demonstrar que o réu subtraiu coisa alheia móvel, mediante grave ameaça exercida com o emprego de simulacro de arma de fogo, de rigor o édito condenatório.  
ADULTERAÇÃO DE SINAL IDENTIFICADOR DE VEÍCULO AUTOMOTOR - MATERIALIDADE E AUTORIA SUFICIENTEMENTE PROVADAS - CONDENAÇÃO CORRETA PENA BEM DOSADA. REGIME PRISIONAL - CONVENIÊNCIA DO REGIME INICIAL FECHADO - RECURSO DEFENSIVO NÃO PROVIDO E RECURSO MINISTERIAL PROVIDO." (e-STJ, fl. 369).

A defesa sustenta violação dos artigos 33, § 2º, "b", do Código Penal, 155 e 197, ambos do Código de Processo Penal e 8, 2, "g" do Pacto de San José da Costa Rica. Aduz que o Tribunal manteve a condenação, no que diz respeito ao art. 311 do CP, com base em elementos informativos colhidos durante a investigação. Alega, ainda, que o regime inicial mais gravoso foi baseado na gravidade abstrata do delito.

Requer, assim, a nulidade da condenação pelo crime do art. 311 do CP e, subsidiariamente, a fixação do regime mais brando.

Contrarrrazões apresentadas (e-STJ, fls. 404-420).

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo provimento parcial do recurso especial (e-STJ, fls. 461-464).

**É o relatório.**

Decido.

No caso, ao contrário do que alegado pelo recorrente, inexistente ofensa aos arts. 155 e 197 do CPP, pois a condenação não se embasa apenas em provas extrajudiciais.

O acórdão recorrido consignou o que segue:

"Apesar do esforço dispendido pela Defesa, as provas contidas nos autos não deixaram dúvidas quanto ao acerto da condenação.

[...]

Por outro lado, com relação ao delito de adulteração de veículo automotor, sem fundamento a alegação defensiva de que não há

provas de autoria.

Isso porque, o réu foi surpreendido por policiais militares, quando trafegava com o veículo roubado cujas placas estavam modificadas, tendo admitido, informalmente, que as havia adulterado para transitar pela via pública, já que o automóvel era produto de ilícito.

Outrossim, no Boletim de Ocorrência lavrado pela Polícia Militar e devidamente assinado pelo sentenciado (fl.123), Tiago declarou ter adulterado as placas do veículo.

No caso em tela, inexistente nos autos qualquer indício que possa macular os depoimentos dos policiais militares, não se admitindo, por simples contrariedade, que os testemunhos estejam eivados de ilegalidade.

Ademais, como é sabido, os depoimentos de policiais valem como prova, inexistindo razão para desmerecê-los, pois, na condição de servidores públicos, no exercício de suas funções, gozam de presunção juris tantum de que agem corretamente, sobretudo quando suas afirmações são compatíveis com o conjunto probatório. Além disso, "A simples condição de policial não torna a testemunha impedida ou suspeita" (STF, RTJ 68/54).

[...]

Frisa-se, ainda, que a confissão extrajudicial do acusado não pode ser desprezada, pois constitui elemento informativo que vai ao encontro das demais provas produzidas sob o crivo do contraditório, notadamente os depoimentos dos policiais militares, que efetuaram a prisão em flagrante do réu, sendo assim plenamente passível de formar a convicção do juiz, nos termos do artigo 155 do Código de Processo Penal.

Diante desse contexto, não há dúvida da autoria, mesmo porque o sentenciado não comprovou, no curso da instrução processual, providência que a ele incumbia, nos termos do artigo 156 do CPP, a alegação apresentada somente em juízo de que terceiros teriam adulterado a numeração das placas do carro que conduzia.

Portanto, o decreto condenatório era providência que se impunha, pois a dissimulação, quer pelo uso de fita adesiva, quer pela pintura, do numeral da placa do veículo, importa sim em lesão à fé pública, bem jurídico tutelado no artigo 311, do Código Penal." (e-STJ, fls. 370-372)

Nos termos do art. 155 do Código de Processo Penal, não se mostra admissível que a condenação do réu seja fundada exclusivamente em elementos de informação colhidos durante o inquérito e não submetidos ao crivo do contraditório e da ampla defesa, ressalvadas as provas cautelares e não repetíveis. Contudo, mister se faz reconhecer que tais provas, em atendimento ao princípio da livre persuasão motivada do juiz, desde que corroboradas por elementos de convicção produzidos na fase judicial, podem ser valoradas na formação do juízo condenatório.

*In casu*, verifica-se que a condenação baseou-se em elementos de informação colhidos no curso do inquérito, que foi devidamente reproduzida em juízo, não havendo se falar em nulidade da sentença.

Ademais, para se desconstituir o entendimento firmado pelo Tribunal estadual e concluir pela absolvição do recorrente, seria necessário o revolvimento do conjunto fático-probatório, o que é vedado pela Súmula 7/STJ.

Nesse sentido:

"[...]

2. A prova pericial construída no curso da investigação policial, medida essencial à comprovação da materialidade do crime de trânsito, bem assim de sua autoria, é base idônea a respaldar o decreto condenatório, pois se inclui nas ressalvas da legislação processual penal, que permite ao magistrado formar sua convicção a partir do exame de provas cautelares, não repetíveis e antecipadas. Ademais, tendo sido a condenação amparada em provas produzidas em juízo sob o crivo do contraditório, além das colhidas na fase inquisitorial, não há falar em violação do artigo 155 do Código de Processo Penal, conforme jurisprudência pacífica deste Superior Tribunal de Justiça (AgRg no REsp 1474507/SC, Sexta Turma, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, DJe 27/03/2015)

3. O acolhimento da pretensão recursal, tal como posta, para o fim de absolvição do agravante, sem a demonstração de qualquer questão de direito, mas a partir da simples contraposição aos fundamentos do acórdão recorrido, demandaria ampla e aprofundada incursão no acervo fático-probatório dos autos, providência vedada pelo óbice Súmula 7/STJ.

"[...]

5. Agravo regimental desprovido."

(AgRg no AREsp 553.876/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 04/05/2017, DJe 10/05/2017);

No que tange à fixação do regime inicial de cumprimento, faz-se necessário expor excerto do acórdão impugnado:

"A fixação do regime inicial fechado é medida que se impõe, conforme pleiteado pelo órgão acusatório, pois in casu, é o único adequado ao caráter repressivo e preventivo da reprimenda, sendo inviável o abrandamento. Ademais, as circunstâncias em que cometido o delito de roubo, mediante emprego de simulacro arma de fogo e contra vítima idosa, evidenciam maior gravidade da conduta e a alta periculosidade do agente, fatores que exigem resposta enérgica, com a qual não é compatível solução mais branda." (e-STJ, fl. 374).

De acordo com a Súmula 440/STJ, "fixada a pena-base no mínimo legal, é vedado o estabelecimento de regime prisional mais gravoso do que o cabível em razão da sanção imposta, com base apenas na gravidade abstrata do delito". No mesmo sentido, a Súmula 718/STF esclarece que "a opinião do julgador sobre a gravidade em abstrato do crime não constitui motivação idônea para a imposição de regime mais severo do que o permitido segundo a pena aplicada", enunciado que é complementado pelo da Súmula 719/STF, segundo a qual "a imposição do regime de cumprimento mais severo do que a pena aplicada permitir exige motivação idônea".

Assim, as referidas súmulas foram observadas pelo Tribunal *a quo*, porquanto o regime fechado foi imposto com motivação idônea. *In casu*, malgrado as instâncias ordinárias terem considerado favoráveis as circunstâncias judiciais previstas no art. 59 do Código Penal, bem como o fato de ser o réu primário e a sanção corporal ter sido fixada em 7 anos de reclusão, é motivação idônea para a fixação do regime fechado

# *Superior Tribunal de Justiça*

a maior reprovabilidade da conduta do réu, pois agiu contra vítima idosa, revelando-se proporcional a imposição do meio mais gravoso de cumprimento de pena.

Nesse sentido:

"PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO. ROUBO MAJORADO. REGIME INICIAL DE CUMPRIMENTO DE PENA. RÉUS PRIMÁRIOS. PENA-BASE NO MÍNIMO LEGAL. MOTIVAÇÃO IDÔNEA PARA A IMPOSIÇÃO DO REGIME FECHADO. SÚMULA 440/STJ. WRIT NÃO CONHECIDO.

1. Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe habeas corpus substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado.

2. De acordo com a Súmula 440/STJ, "fixada a pena-base no mínimo legal, é vedado o estabelecimento de regime prisional mais gravoso do que o cabível em razão da sanção imposta, com base apenas na gravidade abstrata do delito". No mesmo sentido, a Súmula 718/STF esclarece que "a opinião do julgador sobre a gravidade em abstrato do crime não constitui motivação idônea para a imposição de regime mais severo do que o permitido segundo a pena aplicada", enunciado que é complementado pelo da Súmula 719/STF, segundo a qual "a imposição do regime de cumprimento mais severo do que a pena aplicada permitir exige motivação idônea".

3. As referidas súmulas foram observadas pelo Tribunal a quo, porquanto o regime fechado foi imposto com motivação idônea. In casu, malgrado as instâncias ordinárias terem considerado favoráveis as circunstâncias judiciais previstas no art. 59 do CP, bem como o fato de serem os pacientes primários e a sanção corporal ter sido fixada em 7 anos, 3 meses e 3 dias de reclusão, é motivação idônea para a fixação do regime fechado a maior reprovabilidade da conduta dos réus, pois as vítimas eram indubitavelmente idosas, revelando-se proporcional a imposição do meio mais gravoso de cumprimento de pena.

4. Habeas corpus não conhecido." (HC 366.251/SP, de minha relatoria, QUINTA TURMA, julgado em 17/08/2017, DJe 28/08/2017)

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, II, do Regimento Interno do STJ, **nego provimento** ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS  
Relator